

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO EXTERNA CHINESA

POR FLÁVIO ALEXANDRE DE OLIVEIRA FILHO

ANO VI

Nº 2

Rio de Janeiro

2º semestre de 2018

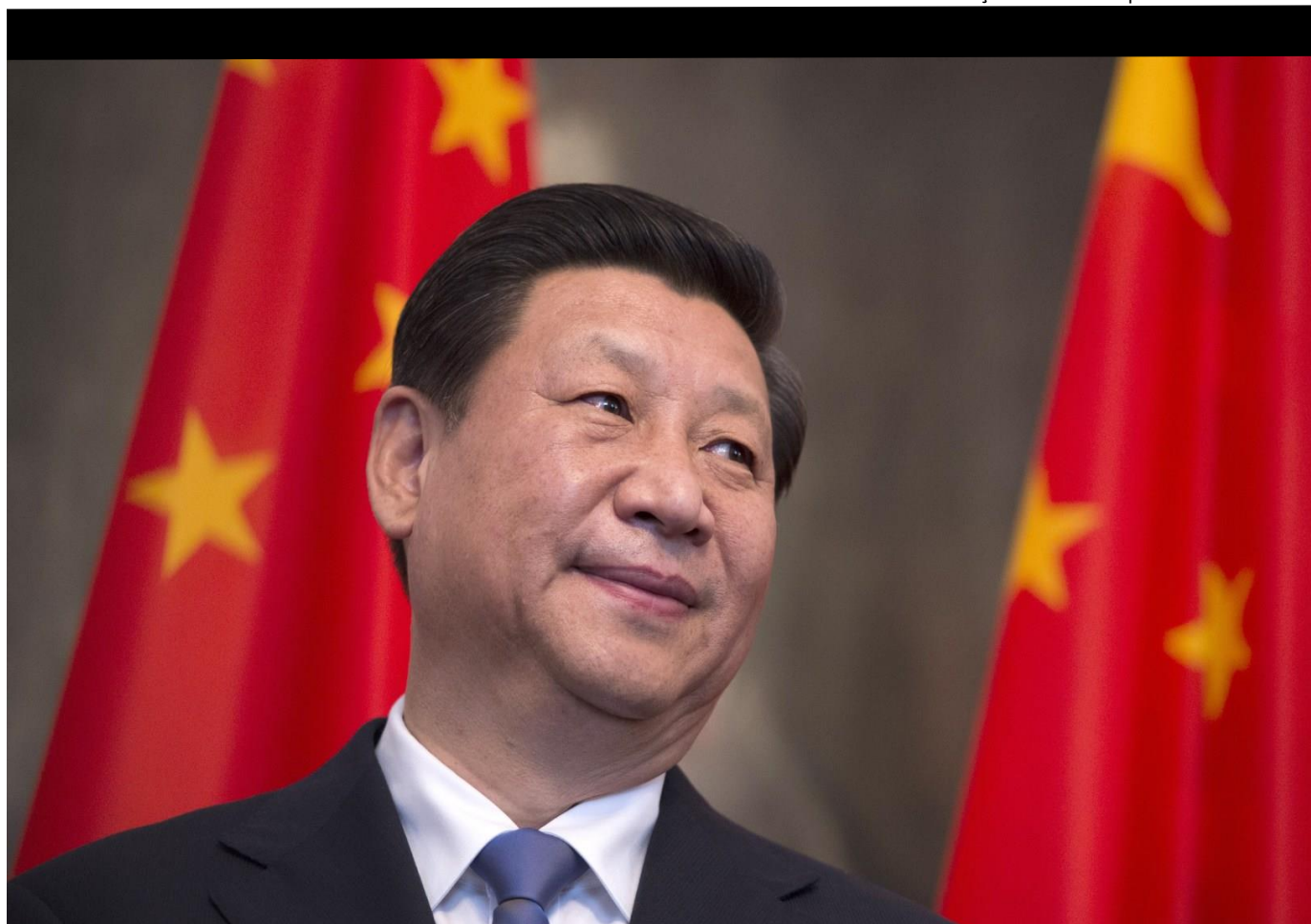
ISSN:2318-5767 (IMPRESSO)

ISSN:2318-6380 (DIGITAL)

Info NEiBA

JORNAL INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS BRASIL-ARGENTINA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | VENDA PROIBIDA



CHINA E A AMÉRICA LATINA

ENTREVISTA COM MAURÍCIO SANTORO

ARTIGO

A EXTREMA DIREITA, O NEONAZISMO E A DEMOCRACIA NA AMÉRICA

POR THIAGO CARNEIRO DA MATTA



EDITORIAL

O JORNAL INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS BRASIL-ARGENTINA é uma publicação do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina, que se vincula ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ) e ao Programa de Estudios Argentina-Brasil (PEAB), da Universidad Nacional de Rosario (UNR). É disponibilizado semestralmente, com o objetivo de congrega e incentivar estudantes que pretendam divulgar seus estudos sobre as relações internacionais do Brasil e da Argentina.

Além disso, pretende disponibilizar reflexões sobre: os processos de integração regional; a dimensão histórica e cultural das relações internacionais dos dois países; as relações comerciais, a articulação econômica e as relações econômicas com parceiros externos. Visa, também, divulgar os seminários, cursos de extensão, workshops e congressos realizados pelo NEIBA/PPGRI/UERJ e pelo PEAB/UNR.

Os autores assumem inteira responsabilidade pelas opiniões expressadas nos artigos. O jornal é de acesso aberto, sendo permitida a reprodução total ou parcial dos conteúdos publicados, desde que mencionada a fonte.

InfoNEIBA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, sala 9018 (bloco A)

ISSN:

2318-5767 (versão impressa)
2318-6380 (versão digital)

EXPEDIENTE



COORDENAÇÃO E DIREÇÃO

Hugo Rogelio Suppo
Leandro Gavião

CONSELHO CONSULTIVO

Gladys T. Lechini
Miriam Gomes Saraiva

REVISÃO

Rafael Sales Rosa

EDIÇÃO GRÁFICA

Matheus Barreto

GESTÃO EDITORIAL

Ariane Costa



EQUIPE INTEGRANTE DO NEIBA

COORDENADORES

HUGO ROGELIO SUPPO

Doutorado em História das Relações Internacionais pela Universidade Paris III, França.

Professor Associado, PPGRI/UERJ

E-mail: hugorogeliosuppo@mac.com

GLADYS T. LECHINI

Doctora en Ciencias: Sociología por la Universidad de São Paulo, Brasil.

Profesora Titular de la Cátedra de Relaciones Internacionales, UNR.

E-mail: glechini@fcpolit.unr.edu.ar

LEANDRO GAVIÃO

Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestre em Relações Internacionais também pela UERJ.

Professor da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e do Curso Clio Damásio.

E-mail: l.gaviao13@gmail.com

RESPONSÁVEIS DAS LINHAS DE PESQUISAS

• Mídia, Cultura e Relações Internacionais

Coordenador: Prof. Dr. Mauricio Santoro

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4222514451437141>

• Regionalismo e Política Externa

Coordenadora: Prof.ª Dr.ª Miriam Saraiva

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7583146431148717>

• Cooperação, Modernização e Política de Defesa na América do Sul

Coordenador: Prof. Dr. Claudio Silveira

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7436622994517571>

• Segurança Internacional e Política Nuclear

Coordenadora: Prof.ª Dr.ª Layla Dawood

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5025278065343194>

• Integração energética da América Latina

Coordenador: a definir

• Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais

Coordenadora: a definir

• Identidade e Política

Coordenadora: Prof.ª Dr.ª Ana Paula Tostes

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3005504663313782>

SECRETÁRIO GERAL

RAFAEL SALES ROSA

Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em História das Relações Internacionais também pela UERJ.

E-mail: rafael-salesrosa@gmail.com

PESQUISADORES ASSOCIADOS

RENATO THOMAZ BORGES NETO

Mestre e Doutorando em Relações Internacionais pela UERJ.

ASSISTENTES

TALITA RIBEIRO DA SILVA

Graduanda em Relações Internacionais pela UERJ e bolsista do NEIBA.

CONTATO

info-neiba@gmail.com



Considerações sobre a Inserção Externa Chinesa

Nos últimos anos, a China tem se mostrado um player essencial no tabuleiro internacional, sua enorme economia e protagonismo em projetos grandiosos de infraestrutura como o “*One Belt One Road*” e as iniciativas do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (STUENKEL, 2017) tem tornado o debate sobre os impactos dessa inserção externa chinesa no globo cada vez mais presente nos debates de política internacional.

Esse extenso debate tem levado a duas correntes de pensamento nas escolas ocidentais sobre os impactos dessa inserção. A primeira corrente, expressa pelo realismo ofensivo de Mearsheimer (2017) é bastante pessimista em relação ao processo cada vez maior de inserção da China, para ele, o crescimento acelerado chinês tenderia a levar a uma hegemonia chinesa na Ásia, o que geraria tensões entre os vizinhos de Beijing, sejam eles Rússia, Índia, Vietnã, Japão ou Singapura. Tornando, portanto, um ambiente de potencial conflito.

Já a segunda corrente de pensamento, a idealista, vê a China como um *stakeholder* responsável no sistema internacional. Para IKENBERRY (2011) não haverá uma expansão agressiva da China no sistema internacional devido à proteção das regras e instituições internacionais que impediriam isso. Segundo ele:

“The existing international order is highly developed, expansive, integrated, institutionalized, and deeply rooted in the societies and economies of advanced capitalist states and parts of the developing world – China will become influential and successful to the extent it works within and through existing rules and institutions.”

É interessante notar, porém, é que ambas as correntes falham em analisar por completo os fatores que compõem o processo de inserção chinesa. Segundo DIAN (2018), ambas tendem a esperar da China uma postura similar de construção hegemônica realizada pelos EUA. Segundo ele,

“Realists and power transition theorists have argued that the Chinese rise will generate a structural tension that will inevitably lead to increasing competition and conflict between China and the United States. Liberal analyses have highlighted how China has grown more responsible and has been socialized to the contemporary rule-based international order. These two assessments of the Chinese rise either downplay the role of Chinese power, in the case of liberalism, or build their theorizations on an oversimplified conceptualization of Chinese power, purely based on military capabilities, as in the case of realism.”

Além disso, a criação de termos como o Sharp Power, tem sido bastante criticada por teóricos orientais e pelo próprio governo Chinês. O termo criado por Christopher Walker e Jessica Ludwig na revista americana *Foreign Affairs* pretende se expressar como uma nova noção de poder se referindo a capacidade da China e Rússia de distorcer demo-

cracias a partir de uma influência econômica, política e midiática.

Para alguns especialistas como Michael Szonyi (2018), o termo além de agressivo é simplista por se focar somente nos dois países. Além disso, para o próprio governo Chinês o termo tem o objetivo de retratar a China de forma autoritária e injusta, visto que foi concebido por uma revista americana e ‘ocidentaliza’ o processo de expansão econômica chinesa. Como o porta-voz do CPPCC (Conferência Consultiva Política do Povo Chinês), Wang Guoqing afirma em 2018: “When other countries engage in cultural exchanges, they are showing soft or smart power, but when it comes to China, it’s sharp power with motives.”

Percebe-se então, uma necessidade cada vez maior de analisar a inserção externa chinesa por outras lentes fora do arcabouço teórico europeu-estadunidense. Pensando nisso, o teórico chinês Yan Xuetong, em um chá com Kissinger em 2008, formulou uma ideia que culminaria em seu livro de 2011: *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*.

No Livro, XUETONG (2011) relaciona a filosofia na pré-dinastia Qin com a construção de política externa atual, para ele, a inserção futura da China será baseada na chamada *humane authority* se diferenciando da hegemonia americana ao colocar a criação da mesma como dependente de uma moralidade do Estado e não somente de uma força militar ou um poder econômico. Segundo CUNNINGHAM & CALLAHAM (2011):

“Yan contends that China’s rise, while now inevitable, will also be peaceful. This is because China will follow a different model of leadership in the world from that of hegemony as currently understood. Instead of becoming a US-style hegemon, China will embrace a model of ‘humane authority’ in the world, relying on political power that is moral rather than the material power of economic growth and/or military strength. China’s presence as a ‘humane authority’ thus will help to bring about a new, harmonious world order.”

Por fim, hoje que a China toma as rédeas de um processo acelerado de inserção externa e com isso há a necessidade de teorias de Relações Internacionais que acompanhem esse processo e deem diferentes visões sobre o crescimento chinês. Sejam elas realistas, idealistas ou teorias fora desse *mainstream* de pesquisa. A partir disso seguir o conselho do Xi Jinping é cada vez mais importante:

“China needs to learn more about the world, and the world also needs to learn more about China. I hope you will continue to make more efforts and contributions to deepening the mutual understanding between China and the countries of the world.”

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP).



A Extrema-direita, o Neonazismo e a Democracia na América

Mesmo após 73 anos da ascensão de Hitler na Alemanha, existem lacunas a se preencherem, começando pelo fato do número de adeptos e seguidores que conquistou, e de forma fanática, mesmo que sua política fosse baseada por uma ideologia radical, irracional e de ódio racial, uma tradição inventada, que se utilizava da violência, característica básica do nazismo, como resposta a tudo o que não estivesse na definição de nacional – o comunista, o negro, o cigano, o judeu, o estrangeiro, entre outros –, mesmo que a negação das diferenças individuais e sociais fosse um dos elementos da ação nazista. Na sociedade moderna, a violência passou a ser monopolizada pelo Estado e não mais desempenhada pelos indivíduos, a coerção física ficou centralizada no poder político. Em nenhum século na História houve tantas manifestações de barbáries como no século XX, ultrapassando todos os limites, como ocorrido na Primeira Guerra Mundial. Segundo VIZENTINI (2000), esses movimentos se baseiam no medo e na ignorância, “e as democracias devem se armar contra isso”.

O neonazismo, a partir do nazismo clássico, é um projeto unísono dos seus referenciais, assim como do fascismo, na tentativa de rearticular os mesmos de diversas formas, o que não necessariamente deve acontecer conjuntamente ou sob uma única gestão política. Essa retomada nazista pode ser entendida como resposta ao processo de democratização, visto como um colapso da sociedade pela perspectiva nazista, e ao protagonismo da cidadania na sociedade e ao imediato desmonte da sociedade que até então conheciam, se mostrando uma expressão da extrema-direita aliada à outras tendências neofascistas, englobando, entre outras características, a defesa do regime militar e o neointegralismo.

No Brasil, organizações neonazistas vão surgir a partir do processo tardio de redemocratização que, junto a outros fatores, vai fomentar esse surgimento. Tanto no Brasil, como em alguns Estados da América do Sul, essa tendência neonazista é mais cultural do que propriamente política, e é disseminada por veículos como revistas, livros e outras publicações escritas que dialogam com a literatura, e vai ser caracterizada, em grande parte, por movimentos culturais juvenis urbanos, tendo como exemplos os *skinheads* e outros grupos que buscam alguma atuação política ou legitimidade e institucionalização, até por legendas partidárias. Os grupos neonazistas brasileiros vão apresentar um elevado crescimento a partir dos anos 90, e no período entre 2002 a 2009, os sites de conteúdo nazistas no Brasil apresentaram um aumento de 170%, os comentários em fóruns aumentaram aproximadamente 43%, e os blogs apresentaram crescimento superior a 550%. Cerca de 150 mil brasileiros visitam mensalmente páginas de conteúdo nazista ou realizaram downloads desse contexto, e 10% dessas pessoas são apontadas como incitadores de ódio na rede. (BORRI; BRITES; OLIVEIRA; SILVA, 2014, pp. 430-431)

O uso de símbolos nazistas nos Estados Unidos e a existência de grupos neonazistas são práticas legais amparadas pela Constituição, o direito de livre expressão. Segundo a ONG *Southern Poverty Law Center* (SPLC) de defesa dos direitos civis americanos, já existem no país mais de novecentos grupos de ódio inspirados no nazismo, que assimilam as ideias de Hitler, os símbolos nazistas e outras correntes do fascismo, e operam e se expressam publicamente a favor da expulsão de judeus, negros, homossexuais e imigrantes. Em 1978, a Suprema Corte de Illinois permitiu o uso de bandeiras nazistas para um protesto em Chicago, no bairro de Skokie, onde a maioria dos habitantes são sobreviventes do Holocausto. A marcha

não aconteceu, mas a sentença abriu precedente para esse tipo de evento.

Intelectuais brasileiros e europeus, em estudos realizados por ambos, vão tratar o neonazismo por uma perspectiva global devido à dimensão internacional alcançada pelo fenômeno, assim como as novas organizações da extrema-direita com amplitude transnacional. Os acontecimentos no mundo só reforçam a necessidade de se levar em conta, e também para o debate, o neonazismo e a extrema-direita. Mais do que um simples partido político ou questões filosóficas, sociais e éticas, o neonazismo e todos os problemas que o acompanham não se intimidam por fronteiras, aliás, o que nos é mostrado é que ele nem as conhece. Em junho de 2013, as manifestações populares que tomaram conta das ruas brasileiras, trouxe à tona, não só as reivindicações dos direitos que estavam em sua pauta, mas um repúdio à organização política vigente e ao seu reflexo nos movimentos sociais, partidos políticos, entre outros, e, principalmente, a presença da extrema-direita e suas convicções autoritárias, segregadoras e irracionais.

A extrema-direita ainda apresenta muitos sinais do contexto de sua origem e emergência, associados às experiências nazifascistas, como o ultranacionalismo, o irracionalismo, práticas e discursos racistas, a xenofobia, o preconceito em diferentes linhas opressoras, além do uso da violência em nome de uma comunidade superior. O foco da preocupação não é a manipulação política advinda dessa ideologia, mas a aceitação e a aderência da população a ela. Existe uma inquietação social, e, com ela, a possibilidade de um novo modelo civilizacional motivado, em grande parte, pela globalização e pela revolução tecnológica. Os supremacistas brancos e os neonazistas estão se expandindo com a ajuda da internet e das redes sociais, onde ganham visibilidade graças ao anonimato oferecido, e pedem para que o desprezo por vidas humanas, a xenofobia e a disseminação do ódio não nos torne meros expectadores do horror, ainda mais quando valores, individuais ou coletivos, e vidas estão em jogo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1949), que em 2018 completou 70 anos de aprovação, exerce enorme importância para a comunidade internacional devido aos consecutivos discursos de ódio, crescentes e sucessivas ondas de xenofobia e perseguições a minorias em todo o mundo. Hoje estamos vivendo um momento de crescente extremismo político, de necessidade de proteção a essas minorias, de agendas políticas hostis aos Direitos Humanos, e diversidade étnica e cultural. Para Rodrigo Santoro, professor de Relações Internacionais da Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ), “a onda global de extremismo funciona como um lembrete da importância da Declaração atualmente”. A nova chefe de Direitos Humanos da ONU, desde setembro de 2018, Michele Bachelet, defendeu que este é um momento de testes “para os princípios e instituições das Nações Unidas” e que “o multilateralismo está erodindo e, com ele, os valores e normas que sustentam o compromisso global com a igualdade e dignidade humana”. (ONUBR, out. 2018)

¹ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP).

Em uma conversa exclusiva com nossa editora Ariane Costa, Maurício Santoro concede uma entrevista sobre o tema “China: Impactos e Relações na América Latina”. Maurício é professor do Departamento de Relações Internacionais da UERJ.



InfoNEIBA: A relação econômica da China com a América Latina é considerada por alguns analistas como benéfica para ambas as partes, entretanto para outros, é apenas uma forma renovada de dependência, já que são exportadas essencialmente *commodities* e importados bens manufaturados. Haveria uma terceira interpretação para descrever essa relação?

M.S: Vamos falar um pouco da história do comércio entre a China e a América Latina. Em tempos contemporâneos, esse comércio era irrisório até a década de 1990 quando de fato começou a crescer e na década de 2000 houve um salto gigantesco nesse intercâmbio. A China se tornou com frequência o maior parceiro comercial de vários países latino-americanos, inclusive o Brasil, ou então o segundo maior.

Esse salto nas trocas comerciais veio principalmente de uma “fome” da China pelos recursos naturais exportados pela América Latina, pela questão da soja que é usada como alimento para animais na China, em especial de porcos que são essenciais na culinária chinesa, pela questão da demanda chinesa por minerais (no caso brasileiro, sobretudo, o minério de ferro) e também por petróleo. Há também as exportações chinesas para a América Latina que, como já foi mencionado, são sobretudo de bens manufaturados.

Esse aumento no comércio de forma repentina teve início, basicamente, nos últimos quinze ou vinte anos e não foi planejado, foi consequência do crescimento acelerado chinês, e em grande medida, os países latino-americanos tiveram reações a esse aumento do comércio. No caso brasileiro foram tomadas medidas de defesa comercial que buscavam lidar com o *dumping*¹ de empresas chinesas e ocasionalmente o Brasil assinava com a China acordos de restrição voluntária de importação, para tentar minimizar o impacto da concorrência chinesa em alguns setores industriais no Brasil, especialmente na área de têxteis, calçados e brinque-

dos. Não por coincidência, a tarifa desses setores da indústria brasileira chega a mais de 30%, o que é o triplo da média tarifária brasileira.

Há um certo incômodo em muitos setores importantes na economia brasileira em relação ao modo como esse comércio é estabelecido. Se perguntássemos no Brasil se a China é uma oportunidade ou uma ameaça, o agronegócio, a mineração e o setor de energia diriam que é uma oportunidade, a indústria, por outro lado, teria uma posição mais ambígua. Então a China acaba replicando o grande problema do comércio latino americano com o resto do mundo, revelando a existência de uma assimetria muito grande, os mesmos problemas que o Brasil têm com a União Europeia e em menor grau com os Estados Unidos. A única região do mundo hoje aonde de fato há uma presença grande das exportações de bens manufaturados do Brasil é a América Latina e em particular o Mercosul², a grande importância do Mercosul hoje para o comércio exterior brasileiro é ser o destino majoritário de produtos manufaturados brasileiros.

Então há a necessidade de entender o que esse comércio com a China significa em um projeto brasileiro de desenvolvimento a longo prazo, abarcando o comércio exterior e os investimentos. Esta é, porém, uma reflexão que o Brasil não tem feito de maneira geral, o país mostra-se muito reativo na sua relação com a China, raramente propondo algo ou pensando de maneira inovadora, o Brasil continua simplesmente respondendo às pressões e demandas que vêm da própria China.

Se olharmos como a China pensa a relação com a América Latina, acho que é uma visão mais interessante, já houve dois livros brancos do governo chinês com relação à América Latina, nesses documentos o governo destaca não só a importância latino-americana como uma fonte de exportação de *commodities* mas também um desejo chinês de estabelecer uma relação política-estratégica mais profunda com os países da

região, identificando uma série de áreas onde há uma cooperação política mais profunda. No caso brasileiro eu destacaria o programa de construção de satélites, que vem desde os anos 80 e é um programa científico e tecnológico de grande porte.

Além disso, há um desejo chinês também de aprimorar os seus conhecimentos e sua pesquisa acadêmica sobre os países latino-americanos. A China tem hoje mais de 50 centros acadêmicos onde se estuda espanhol e português, fiquei muito impressionado tanto nas minhas viagens à China quanto no que eu tenho visto também nos acadêmicos e diplomatas chineses na América Latina, o quanto se encontra hoje pessoas muito qualificadas, fluentes em espanhol e português e com bom nível de conhecimento sobre a América Latina. Nesse quesito, a China está muito à frente do que o Brasil está nas universidades e nas empresas brasileiras com relação ao nosso conhecimento sobre China.

InfoNEIBA: Perfeito, professor. O senhor até já abordou alguns pontos da próxima questão, que seria justamente como repensar as relações não só a partir do pensamento em relação ao Brasil, mas levando em consideração a América Latina como um todo, pois é um desafio que se coloca para toda a região. Pensando nesse novo momento pós onda rosa³, que tipo de projeção podemos fazer acerca das relações entre América Latina e China?

M.S: Abordando a América Latina como um todo, o grande desafio é entender melhor esse parceiro e investidor comercial gigantesco que a China virou para a região. O primeiro passo para isso é o estudo da língua, sou grande defensor da ideia de que a pesquisa em Relações Internacionais precisa passar por um conhecimento do idioma e da cultura dos países e regiões que pretendemos estudar. A meu ver, temos uma dependência excessiva do inglês como uma ferramenta de mediação com países da África, da Ásia e do

Oriente Médio, precisamos estudar mais os idiomas e as culturas dos países e regiões não-ocidentais.

Existem também algumas questões mais específicas do Brasil, pois o Brasil é o único país hoje latino-americano que de fato tem a pretensão de ser um ator global nas relações internacionais, tem ambições chave em vários tabuleiros cruciais das negociações internacionais, seja no Conselho de Segurança da ONU⁴, nas operações de paz, nas negociações multilaterais de comércio e mudança climática. O Brasil tem um papel de protagonismo nesses fóruns internacionais, é uma das dez maiores economias do mundo, é um país importante no G20⁵, então as ambições brasileiras não são simplesmente regionais e sim globais.

Isso implica numa relação com a China que não passa somente pelo comércio e investimentos, mas também por uma relação política de alto nível, nos BRICS⁶, no BASIC⁷, no G20, na ONU e na OMC⁸. A necessidade do Brasil de conhecer e entender melhor a China é maior do que a de outros países da América Latina, o desafio brasileiro é maior e mais profundo. A meu ver essa importância da relação chinesa ultrapassa em muito a questão política e ideológica dos governos de centro-esquerda que estiveram presentes na América Latina na década de 2000, essa relação traz questões importantes também para os governos conservadores que estão no poder atualmente em vários países da região.

Talvez essa relação com a China seja a mais importante estrategicamente para a América Latina, afirmo isso pois uma das consequências da guerra comercial dos EUA com a China nos últimos anos, é que o comércio chinês com a América Latina está aumentando e os investimentos chineses também. A China está comprando mais soja do Brasil em comparação ao período anterior ao início da guerra comercial, com esse grande projeto de infraestrutura da Nova Rota da Seda há também um plano chinês de investir mais na América Latina, sobretudo no que se refere a infraestrutura de transporte e energia para facilitar e baratear o escoamento dessa produção de *commodities* latino-americanas para a China. Há diversas possibilidades de ganhos para os países da América Latina em curto prazo com a questão da guerra comercial, ainda que eu julgue que tal guerra será ruim no médio prazo para a região pois cria uma instabilidade muito grande

nas regras globais de comércio.

InfoNEIBA: Em relação à ascensão chinesa que está acontecendo, o senhor acha que o país deseja uma ascensão de baixo perfil, como sustentada por Deng Xiaoping⁹, ou busca a liderança mundial a todo custo?

M.S: Essa estratégia de inserção internacional da China mudou muito ao longo da era da reforma. No período de Deng Xiao Ping, que corresponde da década de 70 até início da década de 90, havia uma intenção explícita da China em ter um perfil de baixo enfren-

“A meu ver essa importância da relação chinesa ultrapassa em muito a questão política e ideológica dos governos de centro-esquerda que estiveram presentes na América Latina na década de 2000, essa relação traz questões importantes também para os governos conservadores que estão no poder atualmente em vários países da região.”

tamento e de baixo confronto com o Ocidente, onde a prioridade absoluta era o desenvolvimento econômico. A China buscava nos fóruns multilaterais o mínimo denominador comum, as posições de consenso com o Ocidente. Por exemplo, a China nesse período não teve uma postura de oposição ao Ocidente no Oriente Médio ou mesmo no seu exterior próximo, sempre buscou uma posição de discrição, de baixo enfrentamento.

Tal panorama muda na década atual com a ascensão de Xi Jinping¹⁰ à presidência chinesa; ele traz ao centro da agenda política chinesa posturas de maior enfrentamento que até então estavam relegadas às margens do debate político e diplomático chinês. Esse aspecto torna-se mais evidente sobretudo no Mar do Sul da China, onde o país assume uma postura revisionista buscando mudar o *status-quo* e tenta assumir a hegemonia territorial na região, entrando em conflito com os EUA, Japão e outros países da vizinhança como as Filipinas e o Vietnã. Vemos hoje uma escalada da tensão geopolítica no Mar do Sul da China que é muito intensa e diversos analistas comparam esse cenário com a Europa no período pré-Primeira Guerra Mundial. Acredito que esta não seja uma comparação exagerada, há muita coisa em jogo na região.

Há também um entendimento maior da China com a Rússia de Putin, um país ressurgente numa rota de colisão com Ocidente, o que vai significar também uma postura mais dura da China nas suas relações sobretudo com os EUA. A postura da União Europeia tem se mostrado bastante pragmática, olhando as oportunidades em relação ao aspecto econômico, comercial e ao de investimentos, os europeus não tem entrado nessa disputa mais acirrada em termos políticos e ideológicos com a China com os EUA vêm fazendo. A meu ver, esse cenário de uma relação bilateral tensa entre EUA e China vai extrapolar o governo Trump e terá impactos também nos próximos governos americanos, sejam eles quais forem. De fato, há uma agenda bilateral em que os interesses estão entrando em conflitos, tem menos espaço para consenso na relação entre EUA e China hoje do que havia há dez ou vinte anos atrás.

Nesse contexto, a iniciativa anunciada pelo Obama do “Pivô para a Ásia” de fortalecer a posição militar dos EUA na Ásia Pacífico em detrimento do Oriente Médio. Isso por enquanto é muito mais uma carta de intenções do que de fato algo que esteja acontecendo pois a sucessão de crises no Oriente Médio tem “amarrado” muito os EUA na região, mas essa tem sido pelo menos a diretriz estratégica que o país vem usando para pensar sua própria política de defesa, sua política externa para a Ásia e o Pacífico.

InfoNEIBA: Já nos encaminhando para o final da entrevista, gostaríamos de saber quais os aspectos de maior destaque que o senhor pôde observar em sua última viagem à China e quais as lições que o Brasil pode aprender com o exemplo chinês.

M.S: O que mais me surpreendeu e me impressionou nessa minha segunda viagem à China foi o modo como os chineses estão investindo nas novas tecnologias da Quarta Revolução Industrial para enfrentar o risco de cair na armadilha da renda média, estão aprendendo com os erros cometidos na América Latina. Os países latino-americanos não conseguiram ultrapassar o limiar da renda média, foram bem-sucedidos em se industrializar, mas caíram nessa armadilha desde os anos 80 até os dias de hoje, com nível de endividamento externo muito grande, os chineses estão tentando superar isso e fazer a transição do “Made in China” para o

“Created in China”.

O “Made in China” remete a um primeiro momento da industrialização chinesa em que a indústria muitas vezes era uma empresa estrangeira que montava sua linha de produção na China, apostando nas vantagens competitivas do país, produzindo bens de média ou baixa sofisticação tecnológica. A China hoje entra em um segundo momento de sua estratégia de industrialização, apostando muito mais no desenvolvimento da tecnologia local, no design, na pesquisa em desenvolvimento para gerar um produto de maior qualidade e valor agregado, capaz de competir nos mercados internacionais.

Eu fiquei muito impressionado com as empresas que visitei na província de Guangdong, empresas convencionais que estão apostando em robótica e inteligência artificial para aprimorar seus produtos. Por exemplo, uma fábrica de ar condicionados que eu visitei está usando inteligência artificial para sua nova geração de produtos, interagindo com o ambiente e ajustando automaticamente seu funcionamento. Também me impressionaram as *startups* chinesas que envolvem, por exemplo, pesquisadores vindos de outros países, equipes muito jovens em um ambiente empresarial bastante informal, CEO’s muito jovens, toda a cultura de inovação do Vale do Silício que está presente hoje também na China e já incorporando uma nova geração de programadores, cientistas e engenheiros. Eu não imaginava que existisse um nível tão alto de sofisticação tecnológica fora do Vale do Silício, o que vi mesmo nas regiões provincianas da China me impressionou muito.

O que fica são pelo menos duas grandes lições para o Brasil, desses quarenta anos da reforma da China. Uma é a importância de se pensar o desenvolvimento a longo prazo, vários dos projetos que vi na China demoraram muito tempo até realmente serem implementados, a maior ponte marítima do mundo que foi inaugurada recentemente na China, ligando Hong Kong à China Continental, tem 55 km, envolve tecnologias muito sofisticadas e levou quinze anos até ficar pronta. Fiquei me perguntando que política pública no Brasil tem quinze anos de duração, pois o que vivemos no nosso país, infelizmente, é uma falta de maturidade política em que a cada mudança de governo temos a nova administração tentando desfazer os feitos da anterior e essa é uma péssima maneira de se fazer política pública.

O que deu certo no Brasil, em geral,

foram ideias que foram aprimoradas com as mudanças de governo, mas elas basicamente continuaram ainda que houvesse uma disputa política sobre quem elaborou tal política pública. O Brasil precisa de mais maturidade política e saber distinguir o interesse nacional em longo prazo do que a mudança legítima, partidária e ideológica quando se tem uma mudança de governo.

A segunda lição é o enorme pragmatismo e flexibilidade chinês em chegar ao seu objetivo em longo prazo, a capacidade chinesa de incorporar novas ideias, de estar aberta a experiências de outros países me impressionou muito, inclusive porque isso vem de um regime autoritário, de uma dita-

“Eu não imaginava que existisse um nível tão alto de sofisticação tecnológica fora do Vale do Silício, o que vi mesmo nas regiões provincianas da China me impressionou muito.”

dura de partido único, nominalmente comunista. O pragmatismo e a flexibilidade, porém, inclusive no trato com os estrangeiros me impressionou muitíssimo e de maneira muito positiva. Essa é uma lição para o Brasil nesse período de polarização ideológica que é muito ruim para o desenvolvimento, o mundo da política prática é muito complexo e se quisermos fazer política de qualidade e termos iniciativas de desenvolvimento bem-sucedidas precisamos aprender a ler as nuances, incorporar as experiências de vários países e vários governos.

Os chineses vêm fazendo isso muito bem, é interessante observar como eles se utilizam das iniciativas locais, dos governos provinciais ou municipais para testar ideias que depois serão incorporadas no plano nacional. A China é um Estado centralizado mas eles tem uma flexibilidade muito boa sobre o que as províncias e as cidades podem fazer, isso é uma lição importante para o Brasil, que é um país federalista mas onde muitas vezes os governos estaduais são muito limitados em sua capacidade de atuação, seja pelas leis federais, pela escassez de recursos ou pela situação crítica das finanças públicas. Outros desafios que temos que pensar é em como reformar nosso federalismo para retirar dele o máximo de potencial que podemos obter.

Referências:

- 1- Ação ou expediente de pôr à venda produtos a um preço inferior ao do mercado, especialmente no mercado internacional;
- 2- Mercado Comum do Sul, mais conhecido como Mercosul, é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção de 1991;
- 3- Crescente influência da esquerda na América Latina, entre o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, quando foram eleitos muitos chefes de Estado ligados a partidos reformistas de esquerda;
- 4- A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais;
- 5- G20 (abreviatura para Grupo dos 20) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia;
- 6- BRICS é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores (o grupo BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China), que juntos formam um grupo político de cooperação;
- 7- BASIC é um bloco de quatro países recentemente industrializados (Brasil, África do Sul, Índia e China) constituído por acordo firmado em 28 de novembro de 2009;
- 8- Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma organização criada com o objetivo de supervisionar e liberalizar o comércio internacional;
- 9- Foi líder supremo da República Popular da China entre 1978 e 1990;
- 10- Atual Presidente da República Popular da China e Secretário-Geral do Partido Comunista da China.

CURSO DE LÍNGUAS DO NEIBA : NOVAS TURMAS

Depois do grande sucesso das edições anteriores dos cursos de idiomas inaugurados no primeiro semestre de 2015, o Núcleo de Estudos Brasil-Argentina tem o prazer de anunciar a abertura de novas turmas de francês e espanhol.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pela comunidade “uerjiana” e, de certa forma, todo o Estado do Rio de Janeiro, é com alegria que para o próximo semestre (2019.1) vamos oferecer as turmas que não pudemos oferecer e ainda anunciamos a possibilidade de abertura de novas turmas de novos idiomas a serem lecionados. Um deles contemplará as necessidades do mercado de trabalho com o crescimento econômico do Oriente. Para mais informações acesse o site do NEIBA ou o e-mail: idiomasneiba@gmail.com



HUGO SUPPO, COORDENADOR DO NEIBA, PARTICIPA DE EVENTO NA ARGENTINA

Promovido pelo Programa de Estudios Argentina-Brasil (PEAB) e pelo Doctorado en Relaciones Internacionales, da Universidad Nacional de Rosario (UNR), e com o título *¿Qué hacer cuando se toma el poder?*, o coordenador do NEIBA, Hugo Suppo, analisa o futuro governo Bolsonaro e as possibilidades que vislumbram-se para as relações internacionais do Brasil para o quadriênio 2019-2022. Leia a matéria na íntegra, no link abaixo:

https://fcpolit.unr.edu.ar/39489-2/?fbclid=IwAR0W6NtIR_dpfmUQ8HsAdS9PIAV-VmeVkhETAm4BBRf10wgal15xFv9Qb9o#more-39489



Assista, também, a entrevista concedida por Hugo Suppo no link abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=PYtXBFyQuMk&feature=youtu.be&fbclid=IwAR0UuQ-WUzN6y7YsoC7J3blv-Wfjo0hcbeSQDS9VpoIYHG61ynlWcAONHxI>

CALL FOR PAPERS - CHAMADAS DE ARTIGOS

REVISTA
NEIBA
CADERNOS ARGENTINA-BRASIL
QUALIS B3
CHAMADA DE ARTIGOS
CALL FOR PAPERS

O Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ e ao Programa de Estudos Argentina-Brasil da Universidade Nacional de Rosario (Argentina) dirige-se a todos os interessados em apresentar artigos e resenhas para informar que está recebendo material em fluxo contínuo. Os artigos são disponibilizados conforme seus processos de análise e editoração forem concluídos. Ao final, são reunidos em único número.

São aceitas as produções de internacionalistas, cientistas políticos, historiadores, geógrafos, sociólogos e economistas. As contribuições devem ser sobre assuntos pertinentes à agenda internacional, não precisando tratar dos processos de integração e/ou de cooperação entre Brasil e Argentina.

Os trabalhos podem ser em português, espanhol ou inglês. A titulação mínima para a publicação é mestrado em curso.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO:

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/about/submissions#authorGuidelines>

ISSN: 2317-3459

NEIBA NO UERJ SEM MUROS



O Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina esteve presente na 28ª edição do "UERJ Sem Muros". O coordenador Hugo Suppo e os estagiários Jade Rocha e Matheus Barreto apresentaram as pesquisas e os trabalhos realizados pelo NEIBA no ano de 2018.

COMO CITAR O INFONEIBA

MATTA, Thiago Carneiro da. A Extrema-direita, o Neonazismo e a Democracia na América. **InfoNEIBA**: Jornal Informativo do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina, Rio de Janeiro, Ano VI, n. 2, p. 4, jul.-dez. 2018.

Obs.: o destaque é para o título do periódico, o subtítulo não é destacado.

ISSN: 2318-5767 (impresso) e 2318-6380 (digital)

O InfoNEIBA recebe em fluxo contínuo: artigos, resenhas e materiais de cunho acadêmico para divulgação.
Maiores informações no site: www.neiba.com.br